

A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do professor pedagogo [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-614-0
DOI 10.22533/at.ed.140190509

1. Pedagogia – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino.
3. Pedagogos – Formação. I. Ferreira, Gabriella Rossetti.

CDD 371.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Antônio Nóvoa (1997, p.25)

A obra “A Transversalidade da Prática do Professor Pedagogo” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

Transversalizar o conteúdo das disciplinas tradicionais do currículo, não significa constituir ou criar novas disciplinas. É transversal porque os temas a serem trabalhados são entendidos como questões do cotidiano do aluno, que perpassam todas as disciplinas tradicionalmente oficiais da grade curricular. Assim, transversalidade diz respeito ao tratamento integrado nas diferentes áreas, na qual as questões sociais se integram na própria concepção teórica das áreas e de seus componentes curriculares.

Para Ecos (2001), experiências têm apontado a necessidade de que as questões tratadas nos temas transversais sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas específicas, pois, tomando como exemplo a educação sexual, um processo sistemático e contínuo de intervenção, deve ser realizado com o envolvimento de toda a comunidade escolar, assegurando aos alunos espaços necessários para receber informações de forma clara e precisa que conduzam à reflexão de valores, criatividade e autonomia.

Vale ressaltar que na atividade docente torna-se ainda mais premente que ocorra a formação contínua, pois o ofício de professor não é imutável, suas mudanças incidem principalmente pelo surgimento e a necessidade de atender as “novas competências”. Este ofício vem se transformando, exigindo: prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber e com a lei. Tudo isso leva a um repensar da prática e das competências necessárias para o desempenho do papel de educador.

Uma formação crítico-reflexiva não é uma concepção de formação continuada, mas sim, uma concepção que vem se constituindo através de um esforço coletivo de intelectuais, pesquisadores e professores que nos últimos anos vêm buscando reinventar, a partir de estudos, pesquisas e práticas institucionais, uma maneira mais pertinente de formar continuamente os professores, já que o modelo convencional, liberal-conservador, estava sendo bastante questionado, principalmente, pela sua ineficácia.

O professor reflexivo será “[...] um investigador da sala de aula, que formula suas estratégias e reconstrói a sua ação pedagógica [...]” (Almeida & Prado, 2008, p. 28), pois, como afirma Silva (2001, p. 28), “[...] a prática transforma-se em fonte de investigação, de experimentação e de indicação de conteúdo para a formação [...]”. Enfim, a postura reflexiva não requer apenas do professor o saber fazer, mas que ele possa saber explicar, de forma consciente, a sua prática e as decisões tomadas sobre ela e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer a aprendizagem do seu aluno.

Prof^a. Ms. Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL EM DOIS MOMENTOS: DA DÉCADA DE 1990 À CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	
Dirno Vilanova da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1401905091	
CAPÍTULO 2	10
A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CASO DE VILA VELHA/ES	
Sidineia Aparecida Tintori	
Elda Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.1401905092	
CAPÍTULO 3	21
AUTORIA DISCENTE COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Marta Teixeira do Amaral Montes	
Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.1401905093	
CAPÍTULO 4	38
INTERNET E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	
Mauricio dos Reis Brasão	
DOI 10.22533/at.ed.1401905094	
CAPÍTULO 5	50
NO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: INDÍCIOS E PISTAS DA FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE COLATINA (1909-1929)	
Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar	
Elda Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.1401905095	
CAPÍTULO 6	63
PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE TEXTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Cristiane Batistioli Vendrame	
Maria Angélica Olivo Francisco Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.1401905096	
SOBRE A ORGANIZADORA	80
ÍNDICE REMISSIVO	81

INTERNET E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Mauricio dos Reis Brasão

Universidade de Uberaba - PPGE

Uberaba - MG

RESUMO: Esta investigação busca realizar um estudo do estado do conhecimento em relação à inserção da Internet no espaço escolar. Trata-se de uma revisão bibliográfica, com uma leitura fenomenológico-hermenêutica, baseada nos pressupostos de Bicudo (2011). Assume-se no estudo, o método fenomenológico, entendendo que a fenomenologia busca ir às coisas-mesmas, averiguando como o fenômeno se desvela. Concluiu-se que: (a) as políticas públicas, enquanto direcionadas ao meio educativo, são complexas, pois englobam diferentes atores e fronteiras teóricas e metodológicas; (b) as tecnologias alteraram as áreas do saber, sobretudo a acadêmica, onde o conhecimento é construído e compartilhado; e (c) a Internet é um dispositivo ao mesmo tempo interativo e proativo que viabiliza formas inéditas de ensinar e aprender, mas requer cuidados quanto ao seu uso.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do conhecimento. Internet. Educação. Construção do conhecimento.

INTERNET AND EDUCATION: A BIBLIOGRAPHICAL STUDY

ABSTRACT: This research seeks to carry out a study of the state of knowledge regarding the insertion of the Internet in the school space. It is a bibliographical review, with a phenomenological-hermeneutic reading, based on the assumptions of Bicudo (2011). It is assumed in the study, the phenomenological method, understanding that the phenomenology seeks to go to the same things, ascertaining how the phenomenon is revealed. It was concluded that: (a) public policies, while directed to the educational environment, are complex, since they include different actors and theoretical and methodological boundaries; (b) technologies have changed the areas of knowledge, especially academic, where knowledge is constructed and shared; and (c) the Internet is an interactive and proactive device that enables unprecedented ways of teaching and learning, but requires care in its use.

KEYWORDS: State of knowledge. Internet. Education. Knowledge construction.

1 | INTRODUÇÃO

Salientamos que esta produção faz parte de pesquisa em construção, e

nesta investigação, partimos de duas inquietações: o que revelam os estudos contemporâneos sobre a temática Educação e Internet e que concepções esses estudos têm mencionado. Nesse sentido, buscamos fazer um mapeamento do que os pesquisadores vêm tecendo em relação à temática e assim reconhecemos o que está sendo discutido, os caminhos apontados pelas investigações e as lacunas teóricas ainda não exploradas com vistas à produção de nossa tese em construção.

Essa pesquisa tem como aporte os referenciais teóricos de Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006). Para estas, um estudo que procura identificar as contribuições para construção da teoria, revelar possíveis lacunas e identificar experiências no campo em estudo. Para aquela, “[...] o estado da arte é uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar” (FERREIRA, 2002 p. 258).

As sociedades mundiais têm testemunhado uma progressiva produção de conhecimento a partir de incontáveis inovações tecnológicas que possibilitaram a universalização imediata da informação. Nas últimas décadas, a rápida disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) definiu novas formas de relacionamento com o conhecimento e com a informação, de modo que “a educação já não pode funcionar sem se articular com dinâmicas mais amplas que extrapolam a sala de aula” (DOWBOR et al., 2001, p. 2).

O processo tecnológico abarca uma variedade de mudanças do setor econômico ao político, do social ao simbólico, do cultural ao psíquico, que acarretam muitas transformações para a sociedade e afetam diretamente a educação. Inclusive, “as TICs têm sido apontadas como elemento definidor dos atuais discursos do ensino e sobre o ensino” (BARRETO, 2004, p. 182).

A Internet, neste contexto, “é uma interface que pode ajudar os alunos a desenvolverem um sentido de responsabilidade pessoal com seu próprio aprendizado. Através dela, eles expandem seus horizontes, aprendendo a comunicar-se, a colaborar e, de fato, a aprender” (CRUZ, 2013, p. 2).

A Internet constitui uma das ferramentas mais utilizadas em todo o mundo devido à ampliação das TICs. A expansão e popularização da Internet avivou o uso das TICs nos diversos setores da sociedade, aduzindo mudanças nas relações econômicas, sociais e culturais, com notória cooperação no âmbito educacional para fins pedagógicos.

Diante do exposto, esta pesquisa investiga a inserção da Internet no contexto educacional e seus corolários para a escola, em geral, e para o professor e o aluno, em particular.

2 | AS TICS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Em 1979, foi criada a Secretaria Especial de Informática (SEI) com a finalidade de coordenar e executar a Política Nacional de Informática, estimulando

a informatização na sociedade. O emprego da informática na educação tornou-se objeto de estudo no final da década de 1970, mediante o projeto Educação com Computador (Educom), o qual foi “a primeira ação oficial e concreta para levar os computadores até as escolas públicas” (TAJRA, 2008, p. 15).

O projeto Educom foi o primeiro projeto público a tratar da informática educacional. Ademais,

Agregou diversos pesquisadores da área e teve por princípio o investimento em pesquisas educacionais. Este projeto forneceu as bases para a estruturação de outro projeto, mais completo e amplo, o Proinfo. O Proinfo, praticamente uma releitura do projeto Proinfe, teve maior incentivo financeiro e está sendo, até o momento, o mais abrangente no território nacional entre todos os projetos, através de seus Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). (TAVARES, 2013, p. 1).

No início da década de 80, “começa a desenvolver-se a Política de Informática Educativa (PIE), caracterizada por atividades de pesquisa e seminários de discussão em pequena escala” (CARNEIRO, 2002, p. 49).

Na década de 1990, “o uso do computador na educação está em plena ascensão em diversos países. O receio inicial de que a máquina poderia vir a substituir o professor aos poucos está sendo desmistificado” (NISKIER, 1993, p. 100).

Para executar a informática no contexto educacional, contou-se com o expressivo contributo de órgãos como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Secretaria Especial de Informática (SEI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (MORAES, 1997).

Com o auxílio dos supracitados órgãos, houve, por meio da Política Nacional de Informática, o desenvolvendo diretrizes fundamentais para implantação das TICs nas escolas.

Concomitantemente, foi criado o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) com o propósito de promover o uso pedagógico das TICs na rede pública de ensino fundamental e médio pertencentes às redes municipal e estadual. Esse programa educacional “é uma iniciativa do Ministério da Educação; tem como foco de suas ações a capacitação de multiplicadores e de escolas para o uso da telemática em sala de aula e é desenvolvido em parceria com os governos estaduais e alguns municipais” (ROJO et al., 2005, p. 156).

De acordo com o Portal do Ministério da Educação, o Proinfo, que foi criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997 leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, Estados, Distrito Federal e Municípios devem assegurar a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para utilizar as máquinas e as tecnologias.

Para que a incorporação da informática possibilite uma educação mais qualificada, é inescusável adequar os profissionais da área de educação, pois “a implantação da informática como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica mudanças na escola que vão além da formação do professor” (VIEIRA, 2011,

p. 4).

Apesar de adotar políticas de acesso, o sistema público educacional brasileiro ainda não auferiu êxito em integrar totalmente as tecnologias nas escolas. Ademais, a alteração acerca dos impactos sociais das TICs no sistema educacional não é novo e reforça uma agenda para as políticas públicas na área da educação.

Inicialmente focados no provimento de infraestrutura de acesso, os programas de fomento ao uso das TICs no âmbito escolar têm como ponto de partida uma expectativa de profundas mudanças nas dinâmicas de ensino-aprendizagem – sobretudo na busca pela transformação das práticas pedagógicas e por um aumento do desempenho escolar. (BARBOSA, 2014, p. 27).

Noutro ponto de vista, “ainda existem muitas barreiras a serem superadas para a integração efetiva das TICs aos processos pedagógicos, que vão além das dificuldades associadas a questões de infraestrutura das TICs nas escolas” (BARBOSA, 2014, p. 28).

Nesse pensar, Polato (2009, p. 50) assevera que a relação entre a tecnologia e a escola permanece conflituosa, na medida em que “entre os professores, a disseminação de computadores, Internet, celulares, câmeras digitais, e-mails, mensagens instantâneas, banda larga e uma infinidade de engenhocas da modernidade provoca reações variadas”.

No século XXI, as novas tecnologias da informação impactam significativamente as transformações culturais, a superação dos limites espaciais e a concentração e rapidez na transmissão de informações. São notórias as prerrogativas das TICs, e, em termos gerais, o uso da tecnologia pode transformar de modo qualitativo a sociedade, mas a condição *sine qua non* é que o seu acesso seja irrestrito.

3 | A INTERNET NO CONTEXTO ESCOLAR

Internet é a sigla de *internetwork system*, cuja tradução é “sistema de interconexão de rede de comunicação”. Por meio da Internet é possível ter acesso a uma grande quantidade de informações disponíveis mundialmente, por isso é considerada a mais completa e abrangente ferramenta de aprendizado existente. Das tecnologias digitais, a Internet, especificamente, oferece uma gama de informações, como acervos de livros, revistas, artigos científicos etc., que propiciam o estudo de diferentes áreas do conhecimento.

A informática e a Internet trazem consigo uma nova lógica e postura diante da aprendizagem completamente distinta das anteriores, afinal, a relação espaço-tempo apresentada pela escola é limitada àquele espaço físico, ao passo que essas novas tecnologias rompem as possibilidades comunicativas e de formação a partir do desaparecimento das fronteiras físicas e espaciais. (ARRUDA, 2009, p. 20).

A Internet é a maior rede do mundo de computadores, sendo que a computação é utilizada como um meio para gerar, transmitir e armazenar diversas informações,

ou seja, “a tecnologia é usada para fazer o tratamento da informação, auxiliando o utilizador a alcançar um determinado objetivo” (VIEIRA, 2011, p. 16). O serviço WWW (*World Wide Web*) foi criado em 1989 como um agregador de informações, no qual a maioria das informações disponíveis na Internet podem ser acessadas em diferentes plataformas.

Segundo Castells (1999), a coexistência harmônica de vários interesses e culturas na rede tomou a forma da *World Wide Web*, uma rede flexível composta por redes dentro da Internet, onde empresas, instituições, associações e pessoas físicas produzem os próprios Websites, que servem de fulcro para que os indivíduos com acesso possam produzir sua *homepage*, feita de colagens variáveis de textos, imagens, sons e animações.

A disseminação e uso de tecnologias digitais, sobretudo dos computadores e da Internet,

Favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver. E as tecnologias móveis e a web 2.0, principalmente, são responsáveis por grande parte dessa nova configuração social do mundo que se entrelaça com o espaço digital (ALMEIDA; SILVA, 2011, p. 4).

Nesse pensar, o uso da Internet na escola constitui uma exigência da cibercultura, isto é, do “novo ambiente comunicacional-cultural que surge com a interconexão mundial de computadores em forte expansão no início do século XXI. Novo espaço de sociabilidade, de organização, de informação, de conhecimento e de educação” (SILVA, 2013, p. 63).

Ora, o papel da educação é propiciar aos educandos condições de pensar, analisar, dialogar e trocar informações coletivamente. A Internet viabiliza a interatividade, caracterizada tanto na arquitetura hipertextual como no ciberespaço, elementos que anuem a comunicação sob uma multiplicidade de redes articulatórias de conexões.

O acesso à informática deve ser entendido como um direito, e tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares, o estudante deve poder usufruir de uma educação que uma alfabetização tecnológica.

Como barreiras de tempo e espaço são constantemente derrubadas, o acesso à tecnologia requer uma atitude ao mesmo tempo crítica e inovadora, de forma a possibilitar o relacionamento com a sociedade como um todo. O desafio “passa por criar e permitir uma nova ação docente na qual professor e alunos participam de um processo conjunto para aprender de forma criativa, dinâmica, encorajadora e que tenha como essência o diálogo e a descoberta” (BEHRENS, 2000, p. 77).

Dessa forma, o papel docente é redimensionado, na medida em que o professor se transforma no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por

pesquisar, por buscar a informação mais relevante (MORAN et al., 2012).

3.1 A Segurança na Internet

A utilização da Internet carece ocorrer como um alicerce na construção de conhecimentos. Assim, como as tecnologias integram o cotidiano dos jovens, “é responsabilidade dos gestores e professores, acolhê-las como aliadas em seu trabalho, utilizando-a como ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem e também formando para o uso correto dessas tecnologias” (WEINERT et al., 2011, p. 53).

Em 23 de abril de 2014, foi sancionada a Lei nº 12.965, popularmente conhecida como Marco Civil da Internet, com o objetivo de oferecer segurança jurídica aos usuários da rede, isto é, aos internautas e provedores, às empresas e à Administração Pública.

A nova lei estabelece princípios, fundamentos, direitos e objetivos no uso da rede mundial de computadores, assim como cria normas de cunho processual para a proteção desses direitos. A nova norma também tem o objetivo de assegurar os direitos à liberdade de expressão e privacidade dos usuários, direitos que estão presentes em todo o texto legal.

A Lei nº 12.965, em seu artigo 26, determina que

O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da Internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Sob esta ótica, o uso criativo das tecnologias pode contribuir para os professores transformarem “o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, por meio dos quais eles aprendam a aprender, a respeitar, a aceitar, a serem pessoas melhores e cidadãos participativos” (KENSKI, 2011, p. 103).

Nesse sentido, a Internet constitui uma nova forma de promover o trabalho pedagógico e, portanto, influencia o processo educacional, habilitando o corpo discente para uma nova ordem global de relações humanas, de modo a transformar as realidades sócio-histórico e cultural.

O uso das novas tecnologias de informação e comunicação “é imprescindível dentro do processo de ensino-aprendizagem. Com o uso da Internet, temos acesso a um grande número de informações, permitindo assim a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente” (COUTINHO et al., 2014, p. 15).

As tecnologias poderão revolucionar o ensino e a educação de forma geral, no entanto a forma como são utilizadas para a mediação entre professores, alunos e a informação pode ou não ser revolucionária, já que “os processos de interação e comunicação no ensino sempre dependeram muito mais das pessoas envolvidas no

processo do que das tecnologias utilizadas, seja o livro, o giz ou o computador e as redes” (KENSKI, 2010, p. 121).

O professor que trabalha na educação com a informática deve desenvolver na relação aluno-computador uma mediação pedagógica “que se explicita em atitudes que intervenham para promover o pensamento do aluno, implementar seus projetos, compartilhar problemas sem apresentar soluções, ajudando assim o aprendiz a entender, analisar, testar e corrigir erros” (MASETTO, 2000, p. 171).

As tecnologias, em função das extensas possibilidades de pesquisa, facilitam a motivação dos discentes porque a informática transforma o conhecimento em algo não-material, variável, fluido e indefinido, mediante os suportes digitalizados, trazendo consigo processos provocadores de rupturas, tais como

A interatividade, a manipulação de dados, a correlação dos conhecimentos entre si por meio de links e nós de rede hipertextuais, a plurivocidade, o apagamento das fronteiras rígidas entre texto-margens e autores-leitores, a relativização da objetividade do conhecimento e da busca de verdades definitivas (RAMAL, 2002, p.14).

Todavia, existem alunos que se perdem durante a navegação pela multiplicidade de sites disponíveis, evadem para áreas de interesse pessoal, comprovando que “o acesso a grandes quantidades de informação não assegura a possibilidade de transformá-la em conhecimento. O conhecimento não viaja pela Internet” (MARTÍNEZ, 2004).

Os professores, por essa razão, devem capacitar-se para utilizar as novas metodologias, na medida em que apenas a tecnologia em sala de aula não despertará o interesse do aluno pela aprendizagem.

Embora conciliáveis, unir educação e tecnologia constitui “uma tarefa que exige preparo do professor dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo em que oferece desafios e oportunidades, o ambiente digital pode tornar-se um empecilho para o aprendizado quando mal-usado” (NEIRA, 2016 p. 4).

Nesse pensar, além da capacitação dos professores, é necessário que os mesmos mudem suas atitudes para que haja a integração das tecnologias na escola e a quebra dos paradigmas (TAJRA, 2008).

Noutro norte, os eventuais benefícios ou malefícios às crianças e adolescentes decorrentes do uso da Internet são bastante discutidos. No Brasil, tal preocupação é justificada devido ao número progressivo de acesso destes jovens à rede mundial de computadores (BORGES, 2013).

Fato é que crianças e adolescentes têm acesso cada vez mais cedo à informação e às novas tecnologias, o que suscita a necessidade orientá-los na sua “navegação” e aprendam a lidar com as situações indevidas (BASTOS, 2014).

A segurança na Internet depende de diversas ações, dentre as quais a educação dos usuários da rede sobre as ameaças e suas formas de proteção (HOEPERS; STEDING-JESSEN, 2006). Assim, quando utilizada com intuito de obter informações

sobre pesquisa, estudos e conversas entre amigos, a Internet pode ser considerada benéfica. Mesmo assim, é preciso considerar a fonte de informação e com quem os jovens estão se relacionando (BORGES, 2013).

Assim, os jovens precisam ser conscientizados sobre os reais perigos existentes quando navegam na Internet e as formas para se proteger. Ademais, é imperioso esclarecer que a Internet somente constitui fonte de conhecimento para o usuário que o almeja. Caso contrário, a criança ou o jovem distanciarão de todo conteúdo relevante e buscarão materiais que não contribuirão para a sua formação. E é precisamente nesse ponto que, além dos pais e responsáveis, o educador deve norteá-los, ensinando como essa potente ferramenta pode e deve ser usada.

4 | CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa, ao estabelecer a relação entre a educação e tecnologias, em especial a Internet, inferiu que às escolas cabe objetivar o uso dessa tecnologia e favorecer seu acesso aos educandos e educadores. Ao usar a Internet como recurso de aprendizagem, o professor oportuniza ao aluno obter conhecimentos diversificados e fomentar o processo nevrágico e criativo mediante a comunicação.

Para a escola, o grande desafio implica em mudanças que vão desde a concepção de educação, de aprendizagem e de formação de professores até a definição de políticas públicas capazes de assegurar a democratização e apropriação das novas tecnologias em uma perspectiva crítica. Nesse aspecto, Internet, tecnologia e escola, apesar de às vezes constituírem discursos díspares, podem atuar conjuntamente para promover um processo de aprendizagem contextualizado.

A escola, por meio do corpo docente, deve ensinar os alunos a utilizar com consciência as possibilidades disponibilizadas pela Internet. É importante que o professor monitore os alunos a fim de evitar acessos a sites não permitidos e que eles se afastem do que de fato relevante. Além disso, é imperioso que o professor sugira sites que contenham informações confiáveis, de forma a estimular a discussão do conteúdo, bem como questionar e promover a construção do conhecimento.

O gerenciamento das políticas e do sistema educacional está relacionado com as problemáticas enfrentadas pelos docentes, cujos critérios para fazerem uso das tecnologias em sala de aula consistem na formação e capacitação, pelas quais poderão conseguir direcionar o aluno a desenvolver a aprendizagem cooperativa, a pesquisa em grupo e a troca de resultados, sempre com atenção nas informações pertinentes disponibilizadas na *web*.

Por parte dos alunos, a interação bem-sucedida propende a ampliar a aprendizagem, patenteando que a tecnologia no ambiente da sala de aula pode modificar a situação da educação, tornando-os mais participativos, questionadores e críticos.

A imprescindibilidade de se compreender a função da escola no início do

século XXI remete à reflexão acerca dos significados e dos sentidos do sistema educativo ante a formação das novas gerações. A educação, que é um dos pilares da construção da sociedade da informação, precisa estar aberta aos novos espaços de aprendizagem e produção do conhecimento viabilizado pelas tecnologias, pois não há como conceber a sociedade atual e do futuro sem tecnologia, sobretudo a Internet.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de; SILVA, M. G. M. da. **Currículo, tecnologia e cultura digital**: espaços e tempos de web currículo. Revista *e-curriculum*, São Paulo, v. 7, n. 1, abril. 2011.

ARRUDA, E. Relações entre tecnologias digitais e educação: perspectivas para a compreensão da aprendizagem escolar contemporânea. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 13-40.

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARBOSA A. F. (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**: TIC Educação 2013. 2014. Disponível em: http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

BARRETO, R. G. **Tecnologia e educação**: trabalho e formação docente. Educ. Soc. Campinas, v. 25, n. 89, p. 118-1201, dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2019.

BASTOS, A. J. **Os perigos da Internet** – alguns cuidados a ter com o seu uso. 2014. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/lbastos/osperigosdainternet.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BEHERENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

BICUDO, M. A. V. (org.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BONAVIDES, P. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 9. ed. Malheiros Editores. São Paulo: 2009.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. Informática e Educação Matemática. In: **Col. Tendências em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BORGES, D. A. **Crianças e Adolescentes na Internet**: a responsabilidade dos pais ou responsáveis. 2013. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/criancas-adolescentes-na-Internet-responsabilidade.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. 05 out. 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEC. **Apresentação do programa Proinfo**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462&id=244&option=com_content&view=article. Acesso em: 12 jan. 2019.

- BRITO, G.; PURIFICAÇÃO, I. **Educação e tecnologias**: um (re) pensar. Curitiba: IBPEX, 2006.
- CARNEIRO, R. **Informática na educação**: representações sociais do cotidiano. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CASAGRANDE, R. B. **A Importância da Internet no contexto escolar**. Craciúma-SC, 2008. Disponível em: <http://www.nead.riogrande.ifrs.edu.br>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. v. 1, 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- COUTINHO, C. L.; LOPES, L. M.; BRAGANÇA, R. C. M. **O que é Educação a Distância? É novidade? Como e quando começou?** Niterói: [s.n.], 2014.
- CRUZ, W. B. **Experiência utilizando ferramenta síncrona no processo de aprendizagem**. Disponível em: http://www.colombiaaprende.edu.co/html/mediateca/1607/articles-08372_archivo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- DOWBOR, L.; IANNI, O; RESENDE, P.; SILVA, H. (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- DOURADO, L. F. Plano Nacional de educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, Naura (Org.) **Políticas Públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Líber Livro, 2007. p. 21-48.
- FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- GOMES, M. de F. C. **Relações entre desenvolvimento e aprendizagem**: consequências na sala de aula. *Presença pedagógica*, São Paulo, v. 8, n. 45, p. 38-49, maio/jun. 2002.
- HOEPERS, C.; STEDING-JESSEN, K. **O cenário da Segurança da Informação no Brasil. 2006**. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo38.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e o ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- KENSKI. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo da Informação**. 8. ed. São Paulo/Campinas: Editora Papirus, 2011.
- LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. p. 3-107.
- LITWIN, E. **Educação a distância**: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MAMEDE-NEVES; DUARTE, M. A. C. Rosalia. **O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial p. 769-789, out. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 jan. 2019.

- MARTÍNEZ, J. Novas tecnologias e o desafio da educação. In: TEDESCO, J. C. **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo; Brasília: Cortez; UNESCO, 2004.
- MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: Moran, José Manuel (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papirus, 2000.
- MICROSOFT PRESS. **Dicionário de informática.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. 805p.
- MORAES, M. C. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. In: **Revista Brasileira de Informática na Educação.** Porto Alegre, v. 1, p. 1-35, abr.1997. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/rbie/1/1/003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (Ed.). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas.** 13. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- NEIRA, Ana Carolina. Professores aprendem com a tecnologia e inovam suas aulas. In: **Jornal Estado de São Paulo. 24 de fevereiro de 2016.** São Paulo, 2016.
- NEVADO, R. A. **Ambiente de aprendizagem: do “ensino da rede” à “aprendizagem em rede”.** Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005/nfa/tetxt2.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- NETO, H. E; ROCHA, S. A. **A informática como ferramenta para a melhoria do processo ensino-aprendizagem na escola pública.** (2013). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgd/downloads/Seriederad005.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- NISKIER, A. **Tecnologia educacional: uma visão política.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- POLATO, A. Tecnologia + conteúdos = oportunidades de ensino. In: **Revista Nova Escola.** São Paulo, n. 223, p. 50, jun./jul. 2009.
- PORCARO, R. M. **Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento: políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- PRATA, C. L. Gestão escolar e as novas tecnologias. In: ALONSO, M. et al. **Formação de gestores escolares: para a utilização de tecnologias de informação e comunicação.** São Paulo, 2002.
- RAMAL, A. C. **Educação na Cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- REIS, T. **Educação e Cidadania.** Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.
- ROJO, R.; BARBOSA, J. Peixoto; COLLINS, H. Letramento digital: um trabalho a partir dos gêneros do discurso. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R.T. **As Pesquisas denominadas do Tipo “Estado Da Arte” Em Educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set. /dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 08 mar. 2019.
- SILVA, M. A. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações.** Cad. CEDES [online]. 2009, vol.29, n.78, p. 216-226.

SILVA, M. **Internet na escola e inclusão.** (2013). Tecnologias na escola–Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, A. R. **A pesquisa no campo da gestão da educação:** algumas reflexões sobre as relações entre produção do conhecimento e a prática da gestão educacional. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 81-94, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/103/292>. Acesso: 14 fev. 2019.

TAJRA, S. F. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Ed. Érica, 2008.

TAVARES, N. R. B. (2013). **História da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos.** São Paulo. Disponível em: <http://www.lapeq.fe.usp.br/textosticsticspdfneide.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VIEIRA, R. S. **O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação:** um estudo sobre a percepção do professor/aluno. Formoso - BA: Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF, 2011. v. 10, p. 66-72.

WEINERT, M. E.; LIMA, S. A.; GRAVONSKI, H. M. **O uso das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar das séries iniciais:** panorama inicial. R. B. E. C. T., v. 4, n. 3, set. – dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/926/734>. Acesso em 03 mar. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.

Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 16

Análise 21, 22, 24, 27, 28, 33, 37, 50, 51, 52, 54, 60

Aprendizagem 12, 13, 15, 17, 21, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 67, 68, 69, 70, 78, 79, 80

C

Carreira 15

Cultura 6, 7, 8, 33, 37, 42, 43, 46, 50, 53, 61, 62, 68, 69

D

Desafios 13, 16, 20, 44, 47

Didática 27, 30, 35, 36, 78, 79

Discurso 6, 22, 23, 28, 37, 48, 57, 72

Diversidade 14, 23

Docência 16, 27, 35, 36, 37, 57, 71

E

EAD 21, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 36

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80

Educação sexual 80

Ensino 1, 2, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 25, 28, 30, 32, 33, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 51, 52, 53, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78

Escola 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 58, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 78, 79

Estética 7, 24, 36

Ética 7, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36

Experiência 47, 63, 64, 65, 69, 70, 71

F

Formação 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 58, 63, 64, 65, 68, 71, 78, 80

G

Gênero 3, 10, 22, 23, 71, 72

Gestão 5, 33, 47, 48, 49

I

Inclusão 2, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 33, 48, 49

Indivíduos 6, 28, 42, 64, 65, 68

Informação 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 64

L

Ler 69, 72, 73

M

Magistério 12, 14, 21, 22, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 62

P

Pedagogia 8, 9, 11, 12, 19, 25, 26, 28, 35, 36, 71, 78, 79, 80

Pedagogo 1

Perspectivas 9, 46

Pesquisa 5, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 80

Políticas 1, 2, 3, 4, 33, 38, 41, 45, 47, 48, 49

Práticas 3, 21, 23, 24, 30, 32, 33, 34, 41, 43, 63, 65, 71, 72, 78

Processo 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 23, 24, 26, 28, 29, 32, 33, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74, 78

Profissionais 13, 25, 33, 36, 40, 57

Q

Qualidade 23, 25, 48, 67

R

Relações 3, 6, 8, 22, 34, 39, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 59, 61, 64, 65

Respeito 3, 19, 28, 29, 30, 33, 66, 68

S

Saberes 33

Sexualidade 80

Subjetividade 27, 33

T

Tecnologias 6, 7, 13, 22, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 80

TIC 46

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 19, 22, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 35, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79

Transversalidade 35

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-614-0

